

Pedagogia da Terra e Cultura de Sustentabilidade

Moacir Gadotti*

O presente artigo pretende ser um desafio à reflexão sobre os grandes problemas que se colocam aos seres humanos nas sociedades actuais. As reflexões que se fazem têm, sobretudo, um carácter antropológico e ético. Antropológico, porque se trata de promover uma nova concepção de homem que, inserido no Cosmos, se questione sobre o sentido da vida, que, por sua vez, não está separado do sentido do Planeta; ético, porque os novos princípios reguladores da actividade humana terão de se basear num novo paradigma que tenha a Terra como fundamento e centro. A mudança de paradigma terá, por certo, implicações na Educação. A Pedagogia da Terra, ou Ecopedagogia, entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular e como movimento social e político, representa um projecto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida quotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Uma cidadania planetária é, por essência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena, o que implica, também, a existência de uma democracia planetária.

Pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrolo da produção, podemos destruir toda a vida do planeta¹. É a essa possibilidade que podemos chamar de era do exterminismo. Passamos do modo de produção para o modo de destruição; teremos que viver daqui para a frente confrontados com o desafio permanente de reconstruir o planeta. Temos talvez pouco mais de 50 anos para decidir se queremos ou não destruir o planeta. Os paradigmas clássicos que orientaram, até agora, a produção e a reprodução da existência no planeta colocaram em risco, não apenas a vida do ser humano, mas todas as formas de vida existentes na Terra. Alertas vêm sendo dados há décadas por cientistas e filósofos desde os anos 60. Precisamos de um novo paradigma que tenha a Terra como fundamento.

* Professor Titular da Universidade de São Paulo (USP), Diretor-Geral do Instituto Paulo Freire, São Paulo.

Por outro lado, vivemos numa próspera era da informação em tempo real, da globalização da economia – mas para poucos – da realidade virtual, da Internet, da quebra de fronteiras entre nações, do ensino a distância, dos escritórios virtuais, da robótica e dos sistemas de produção automatizados, do entretenimento. Vivemos o ciberespaço da formação continuada. As novas tecnologias da informação e da comunicação marcaram todo o século XX. Marx sustentava que a mudança nos meios de produção transformava o modo de produção e as relações de produção. Isso aconteceu com a invenção da escrita, do alfabeto, da imprensa, da televisão e hoje vem acontecendo com a Internet. O desenvolvimento espetacular da informação, quer no que diz respeito às fontes, quer à capacidade de difusão, está gerando uma verdadeira revolução que afeta, não apenas a produção e o trabalho, mas principalmente a educação e a formação.

O cenário está dado: globalização provocada pelo avanço da revolução tecnológica, caracterizada pela internacionalização da produção e pela expansão dos fluxos financeiros; regionalização caracterizada pela formação de blocos econômicos; fragmentação que divide globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos e confessionais, terrorismo.

O termo “sustentabilidade” pode não ser muito apropriado para o que pretendemos colocar a seguir. Estamos tentando dar a esse conceito um novo significado. De fato, é um termo “sustentável” que, associado ao desenvolvimento, sofreu um grande desgaste. Enquanto para alguns é apenas um rótulo, para outros ele tornou-se a própria expressão do absurdo lógico: desenvolvimento e sustentabilidade seriam logicamente incompatíveis. Para nós, é mais do que um qualificativo do desenvolvimento. Vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, mais ainda, com o universo. A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres do sentido e doadores de sentido a tudo o que nos cerca.

Esse tema deverá dominar os debates educativos das próximas décadas. O que estamos estudando nas escolas? Não estaremos construindo uma ciência e uma cultura que servem para a degradação do planeta e dos seres humanos? A categoria sustentabilidade deve ser associada à planetaridade. A Terra como um novo paradigma. Complexidade, holismo, transdisciplinaridade aparecem como categorias associadas ao tema da planetaridade. Que implicações tem essa visão de mundo sobre a educação? O tema remete a uma cidadania planetária, à civilização planetária, à consciência planetária. Uma cultura da sustentabilidade é, também, por isso, uma cultura da planetaridade, isto é, uma cultura que parte do princípio que a Terra é constituída por uma só comunidade de humanos, os terráqueos, e que são cidadãos de uma única nação.

1. Sociedade sustentável

Pretendemos, a seguir, lançar o debate a respeito de uma Pedagogia da Terra, que compreenda a ecopedagogia e a educação sustentável. Esse debate já teve início com o surgimento do conceito de “desenvolvimento sustentável” utilizado pela primeira vez pela ONU em 1979, indicando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que deveria incluir as dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais e não somente as dimensões econômicas. Esse conceito foi disseminado mundialmente pelos relatórios do Worldwatch Institute na década de 80 e, particularmente, pelo relatório “Nosso Futuro Comum”, produzido pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987.

Muitas foram as críticas feitas a esse conceito, muitas vezes pelo seu uso reducionista e, posteriormente, sua trivialização, apesar de aparecer como “politicamente correto” e “moralmente nobre”. Há outras expressões que têm uma base conceptual comum e se complementam, tais como: “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento humano sustentável” e “transformação produtiva com equidade”. A expressão “desenvolvimento humano” tem a vantagem de situar o ser humano no centro do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento humano, cujos eixos centrais são “equidade” e “participação” é um conceito ainda em evolução, e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento. Concebe a sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa que, por sua vez, deve esta a ser alcançada através da participação das pessoas.

Como o conceito de desenvolvimento sustentável, o conceito de desenvolvimento humano é muito amplo e, por vezes, ainda vago. As Nações Unidas, nos últimos anos, passaram a usar a expressão “desenvolvimento humano” como indicador de qualidade de vida fundado em índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo, que são, também, os indicadores de uma sociedade sustentável, isto é, uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras.

As críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável e à própria idéia de sustentabilidade vêm do fato de que o ambientalismo trata separadamente as questões sociais e as questões ambientais. O movimento conservacionista surgiu como uma tentativa elitista dos países ricos no sentido de reservar grandes áreas naturais preservadas para o seu lazer e contemplação. A Amazônia, por exemplo, não era uma preocupação com a sustentabilidade do planeta, mas com a continuidade do seus privilégios, em contraste com as necessidades da maioria da população.

Diante dessas críticas, o sucesso da luta ecológica hoje depende muito da capacidade dos ecologistas convencerem a maioria da população, a população mais pobre, de que se trata, não apenas de limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados para vivermos num planeta melhor num futuro distante.

Trata-se de dar uma solução, simultaneamente, aos problemas ambientais e aos problemas sociais. Os problemas de que trata a ecologia não afetam apenas o meio ambiente. Afetam o ser mais complexo da natureza que é o ser humano.

O conceito de “desenvolvimento” não é um conceito neutro. Ele tem um contexto bem preciso dentro de uma ideologia do progresso, que supõe uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O conceito foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, em que os países do globo foram divididos entre “desenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “sub-desenvolvidos”... remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo. Ele supõe que todas as sociedades devam orientar-se por uma única via de acesso ao bem-estar e à felicidade, a serem alcançados apenas pela acumulação de bens materiais. Metas de desenvolvimento foram impostas pelas políticas econômicas neo-colonialistas dos países chamados “desenvolvidos”, em muitos casos, com enorme aumento da miséria, da violência e do desemprego. Junto com esse modelo econômico, com seus ajustes, por vezes criminosos, foram transplantados valores éticos e ideais políticos que levaram a desestruturação de povos e nações. Não é de se estranhar, portanto, que muitos tenham reservas quando se fala em desenvolvimento sustentável. O desenvolvimentismo levou a uma “agonia do planeta”. Temos hoje consciência de uma iminente catástrofe se não traduzirmos essa consciência em atos para retirar do desenvolvimento essa visão predatória, concebê-lo de forma mais antropológica e menos economicista e salvar a Terra.

Parece claro que entre sustentabilidade e capitalismo existe uma incompatibilidade de princípios. Essa é uma contradição de base que está inclusive no centro de todos os debates da Carta da Terra e que pode inviabilizá-la. Tenta-se conciliar dois termos inconciliáveis. Não são inconciliáveis em si, metafisicamente. São inconciliáveis no atual contexto da globalização capitalista. O conceito de desenvolvimento sustentável é impensável e inaplicável neste contexto. O fracasso da Agenda 21 o demonstra. Nesse contexto, o “desenvolvimento sustentável” é tão inconciliável quanto a “transformação produtiva com equidade” defendida pela CEPAL. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho e não pelas necessidades das pessoas? Levado às suas últimas consequências, a utopia ou projeto do “desenvolvimento sustentável”, coloca em questão, não só o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza, mas o modo de produção capitalista. Ele só tem sentido numa economia solidária, numa economia regida pela “compaixão” e não pelo lucro.

Os graves problemas sócio-ambientais e as críticas ao modelo de desenvolvimento foram gerando na sociedade maior consciência ecológica nas últimas décadas. Embora essa consciência não tenha ainda provocado mudanças significativas no modelo econômico e nos rumos das políticas governamentais, algumas experiências concretas apontam para uma crescente sociedade sustentável em marcha,

como o demonstrou a Conferência de Assentamentos Humanos Habitat II, organizada pelas Nações Unidas em Istambul, na Turquia, em 1997. Nessa Conferência foram apresentadas experiências concretas de combate à “crise urbana” como violência, desemprego, falta de habitação, de transporte, de saneamento, que vem degradando o meio ambiente e a qualidade de vida. Essas experiências apontam para o nascimento de uma cidade sustentável. Políticas de sustentabilidade econômica e social, aos poucos, vêm surgindo, constituindo-se em verdadeira esperança de que podemos, em tempo, enfrentar “nossos desafios globais”.

2. Educação sustentável

A sensação de pertencimento ao universo não se inicia na idade adulta e nem por um ato de razão. Desde a infância, sentimo-nos ligados com algo que é muito maior do que nós. Desde crianças nos sentimos profundamente ligados ao universo e nos colocamos diante dele num misto de espanto e de respeito. E, durante toda vida, buscamos respostas ao que somos, de onde viemos, para onde vamos, enfim, qual o sentido da nossa existência. É uma busca incessante e que jamais termina. A educação pode ter um papel nesse processo, se colocar questões filosóficas fundamentais, mas também se souber trabalhar ao lado do conhecimento, essa nossa capacidade de nos encantar com o universo.

Hoje, tomamos consciência de que o sentido das nossas vidas não está separado do sentido do próprio planeta. Diante da degradação das nossas vidas, no planeta chegamos a uma verdadeira encruzilhada entre um caminho Tecnozóico, que coloca toda a fé na capacidade da tecnologia de nos tirar da crise sem mudar nosso estilo de vida poluidor e consumista e um caminho Ecozóico, fundado numa nova relação saudável com o planeta, reconhecendo que somos parte do mundo natural, vivendo em harmonia com o universo, caracterizado pelas atuais preocupações ecológicas. Temos que fazer escolhas. Elas definirão o futuro que teremos. Não me parece, realmente, que sejam caminhos totalmente opostos. Tecnologia e humanismo não se contrapõem. Mas, é claro, houve excessos no nosso estilo de vida poluidor e consumista e que não é fruto da técnica, mas do modelo econômico. Este é que tem que ser posto em causa. E esse é um dos papéis da educação sustentável ou ecológica.

O desenvolvimento sustentável, visto de forma crítica, tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a Pedagogia da Terra, a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”, como dizem Francisco Gutiérrez e Cruz Prado² em seu livro *Ecopedagogia e cidadania planetária*. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o pro-

cesso de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária. A pesquisa de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado sobre a ecopedagogia originou-se na preocupação com o sentido da vida cotidiana. A formação está ligada ao espaço/tempo no qual se realizam concretamente as relações entre o ser humano e o meio ambiente. Elas se dão sobretudo no nível da sensibilidade, muito mais do que no nível da consciência. Elas se dão, portanto, muito mais no nível da sub-consciência: não as percebemos e, muitas vezes, não sabemos como elas acontecem. É preciso uma ecoformação para torná-las conscientes. E a ecoformação necessita de uma ecopedagogia. Como destaca Gaston Pineau em seu livro *De l'air: essai sur l'écoformation*³, uma série de referenciais se associam para isso: a inspiração bachelardiana, os estudos do imaginário, a abordagem da transversalidade, da transdisciplinaridade e da interculturalidade, o construtivismo e a pedagogia da alternância.

Precisamos de uma ecopedagogia e uma ecoformação hoje, precisamos de uma Pedagogia da Terra, justamente porque sem essa pedagogia para a re-educação do homem/mulher, principalmente do homem ocidental, prisioneiro de uma cultura cristã predatória, não poderemos mais falar da Terra como um lar, como uma toca, para o “bicho-homem”, como fala Paulo Freire. Sem uma educação sustentável, a Terra continuará apenas sendo considerada como espaço de nosso sustento e de domínio técnico-tecnológico, objeto de nossas pesquisas, ensaios, e, algumas vezes, de nossa contemplação. Mas não será o espaço de vida, o espaço do aconchego, de “cuidado”⁴.

Não aprendemos a amar a Terra lendo livros sobre isso, nem livros de ecologia integral. A experiência própria é o que conta. Plantar e seguir o crescimento de uma árvore ou de uma plantinha, caminhando pelas ruas da cidade ou aventurando-se numa floresta, sentindo o cantar dos pássaros nas manhãs ensolaradas ou não, observando como o vento move as plantas, sentindo a areia quente de nossas praias, olhando para as estrelas numa noite escura. Há muitas formas de encantamento e de emoção frente às maravilhas que a natureza nos reserva. É claro, existe a poluição, a degradação ambiental, para nos lembrar de que podemos destruir essa maravilha e para formar nossa consciência ecológica e nos mover à ação. Acariciar uma planta, contemplar com ternura um pôr de sol, cheirar o perfume de uma folha de pitanga, de goiaba, de laranja ou de um cipreste, de um eucalipto... são múltiplas formas de viver em relação permanente com esse planeta generoso e compartilhar a vida com todos os que o habitam ou o compõem. A vida tem sentido, mas ele só existe em relação. Como diz o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade: “Sou um homem dissolvido na natureza. Estou florescendo em todos os ipês”.

Isso, Drummond só poderia dizer aqui na Terra. Se estivesse em outro planeta do sistema solar ele não diria o mesmo. Só a Terra é amigável com o ser humano. Os outros planetas são francamente hostis a ele, embora tenham sido originados

na mesma poeira cósmica. Existirão outros planetas fora do sistema solar que abrigam a vida, talvez a vida inteligente? Se levarmos em conta que a matéria da qual se originou o universo é a mesma, é muito provável. Mas, por ora, só temos um que é francamente nosso amigo. Temos que aprender a amá-lo.

Como se traduz na educação o princípio da sustentabilidade? Ele se traduz por perguntas como: até que ponto há sentido no que fazemos? Até que ponto nossas ações contribuem para a qualidade de vida dos povos e para a sua felicidade? A sustentabilidade é um princípio reorientador da educação e, principalmente, dos currículos, objetivos e métodos.

É no contexto da evolução da própria ecologia que surge e ainda engatinha, o que chamamos de “ecopedagogia”, inicialmente chamada de “pedagogia do desenvolvimento sustentável” e que hoje ultrapassou esse sentido. A ecopedagogia está em desenvolvimento, seja como um movimento pedagógico, seja como abordagem curricular.

Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um movimento social e político. Como todo movimento novo, em processo, em evolução, ele é complexo e pode tomar diferentes direções, até contraditórias. Ele pode ser entendido diferentemente como o são as expressões “desenvolvimento sustentável” e “meio ambiente”. Existe uma visão capitalista do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente que, por ser anti-ecológica, deve ser considerada como uma “armadilha”, como vem sustentando Leonardo Boff.

A ecopedagogia também implica uma reorientação dos currículos para que incorporem certos princípios defendidos por ela. Estes princípios deveriam, por exemplo, orientar a concepção dos conteúdos e a elaboração dos livros didáticos. Jean Piaget nos ensinou que os currículos devem contemplar o que é significativo para o aluno. Sabemos que isso é correto, mas incompleto. Os conteúdos curriculares têm que ser significativos para o aluno, e só serão significativos para ele, se esses conteúdos forem significativos também para a saúde do planeta, para o contexto mais amplo.

Colocada neste sentido, a ecopedagogia não é uma pedagogia a mais, ao lado de outras pedagogias. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portanto, a um projeto utópico: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje. Aqui está o sentido profundo da ecopedagogia, ou de uma Pedagogia da Terra, como a chamamos.

A ecopedagogia não se opõe à educação ambiental. Ao contrário, para a ecopedagogia, a educação ambiental é um pressuposto. A ecopedagogia incorpora e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta. Foi

justamente durante a realização do Fórum Global 92, no qual se discutiu muito a educação ambiental, que se percebeu a importância de uma pedagogia do desenvolvimento sustentável ou de uma ecopedagogia. Hoje, porém, a ecopedagogia tornou-se um movimento e uma perspectiva da educação maior do que uma pedagogia do desenvolvimento sustentável. Ela está mais para a educação sustentável, para uma ecoeducação, que é mais ampla do que a educação ambiental. A educação sustentável não se preocupa apenas com uma relação saudável com o meio ambiente, mas com o sentido mais profundo do que fazemos com a nossa existência, a partir da vida cotidiana.

3. Consciência planetária, cidadania planetária, civilização planetária

A globalização, impulsionada sobretudo pela tecnologia, parece determinar, cada vez mais, nossas vidas. As decisões sobre o que nos acontece no dia-a-dia parecem nos escapar, por serem tomadas muito distante de nós, comprometendo nosso papel de sujeitos da história. Mas não é bem assim. Como fenômeno e como processo, a globalização tornou-se irreversível, mas não esse tipo de globalização – o globalismo – ao qual estamos submetidos hoje: a globalização capitalista. Seus efeitos mais imediatos são o desemprego, o aprofundamento das diferenças entre os poucos que têm muito e os muitos que têm pouco, a perda de poder e autonomia de muitos Estados e Nações. Há pois que distinguir os países que hoje comandam a globalização – os globalizadores (países ricos) – dos países que sofrem a globalização, os países globalizados (pobres).

Dentro deste complexo fenômeno, podemos distinguir também a globalização econômica, realizada pelas transnacionais, da globalização da cidadania. Ambas se utilizam da mesma base tecnológica, mas com lógicas opostas. A primeira, submetendo Estados e Nações, é comandada pelo interesse capitalista; a segunda globalização é a realizada através da organização da Sociedade Civil. A Sociedade Civil globalizada é a resposta que a Sociedade Civil como um todo e as ONGs estão dando hoje à globalização capitalista. Neste sentido, o Fórum Global 92 se constituiu num evento dos mais significativos do final de século XX: deu grande impulso à globalização da cidadania. Hoje, o debate em torno da Carta da Terra está se constituindo num fator importante de construção desta cidadania planetária. Qualquer pedagogia, pensada fora da globalização e do movimento ecológico, tem hoje sérios problemas de contextualização.

“Estrangeiro eu não vou ser. Cidadão do mundo eu sou”, diz uma das letras de música cantada pelo cantor brasileiro Milton Nascimento. Se as crianças de nossas escolas entendessem em profundidade o significado das palavras desta canção, estariam iniciando uma verdadeira revolução pedagógica e curricular. Como posso sentir-me estrangeiro em qualquer território se pertenço a um único território,

a Terra? Não há, na Terra, lugar estrangeiro para terráqueos. Se sou cidadão do mundo, não podem existir para mim fronteiras. As diferenças culturais, geográficas, raciais e outras enfraquecem, diante do meu sentimento de pertencimento à Humanidade.

A noção de cidadania planetária (mundial) sustenta-se na visão unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. Ela se manifesta em diferentes expressões: “nossa humanidade comum”, “unidade na diversidade”, “nosso futuro comum”, “nossa pátria comum”, “cidadania planetária”. Cidadania Planetária é uma expressão adotada para expressar um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos que demonstra uma nova percepção da Terra como uma única comunidade. Frequentemente associada ao “desenvolvimento sustentável”, ela é muito mais ampla do que essa relação com a economia. Trata-se de um ponto de referência ético indissociável da civilização planetária e da ecologia. A Terra é “Gaia”, um super-organismo vivo e em evolução, o que for feito a ela repercutirá em todos os seus filhos.

Cultura da sustentabilidade supõe uma pedagogia da sustentabilidade que dê conta da grande tarefa de formar para a cidadania planetária. Esse é um processo já em marcha. A educação para a cidadania planetária está começando através de numerosas experiências que, embora muitas delas sejam locais, elas nos apontam para uma educação para nos sentirmos membros para além da Terra, para viver uma cidadania cósmica. Os desafios são enormes tanto para os educadores quanto para os responsáveis pelos sistemas educacionais. Mas já existem certos sinais, na própria sociedade, que apontam para uma crescente busca, não só por temas espiritualistas e de auto-ajuda, mas por um conhecimento científico mais profundo do universo.

Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de seus princípios. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo, da educação como espaço de inserção do indivíduo, não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. Educar, então, não seria como dizia Émile Durkheim, a transmissão da cultura “de uma geração para outra”, mas a grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca.

O tipo de globalização de hoje está muito mais ligado ao fenômeno da mundialização do mercado, que é um tipo de mundialização; e mesmo esta mundialização, fundada no mercado, pode ser vista como uma globalização cooperativa ou como uma globalização competitiva sem solidariedade. Entre o estatismo absolutista e a mão invisível do mercado, pode existir (e existe) uma nova economia de mercado (há mercados e mercados!) onde predomina a cooperação e a solidariedade e não a competitividade selvagem, uma economia solidária, a verdadeira economia da sustentabilidade. Por tudo isso, precisamos construir uma “outra globalização”⁵,

uma globalização fundada no princípio da solidariedade.

A globalização em si não é problemática, pois representa um processo de avanço sem precedentes na história da humanidade. O que é problemático é a globalização competitiva onde os interesses do mercado se sobrepõem aos interesses humanos, onde os interesses dos povos se subordinam aos interesses corporativos das grandes empresas transnacionais. Assim, podemos distinguir uma globalização competitiva de uma possível globalização cooperativa e solidária que, em outros momentos, chamamos de processo de “planetarização”. A primeira, está subordinada apenas às leis do mercado e a segunda, subordina-se aos valores éticos e à espiritualidade humana. Para essa segunda globalização é que a Carta da Terra, como um código de ética universal, deveria dar uma contribuição importante, não apenas através da proclamação que os Estados podem fazer, mas, sobretudo, pelo impacto que seus princípios poderão ter na vida cotidiana do cidadão planetário.

Como se situa o movimento ecológico diante desse tema? É importante notar, como o fez Alicia Bárcena, no prefácio do livro de Francisco Gutiérrez, que a formação de uma cidadania ambiental é um componente estratégico do processo de construção da democracia. Para ela, a cidadania ambiental é verdadeiramente planetária pois no movimento ecológico, o local e o global se interligam. A derubada da floresta amazônica não é apenas um fato local: é um atentado contra a cidadania planetária. O ecologismo tem muitos e reconhecidos méritos na colocação do tema da planetaridade. Foi pioneiro na extensão do conceito de cidadania no contexto da globalização e também na prática de uma cidadania global, de tal modo que, hoje, cidadania global e ecologismo fazem parte do mesmo campo de ação social, do mesmo campo de aspirações e sensibilidades. Porém, a cidadania planetária não pode ser apenas ambiental já que existem agências de caráter global com políticas ambientais que sustentam a globalização capitalista. Uma coisa é ser “cidadão da Terra” e outra é ser “capitalista da terra”. A construção de uma cidadania planetária tem ainda um longo caminho a percorrer no interior da globalização capitalista.

A cidadania planetária deverá ter como foco a superação da desigualdade, a eliminação das sangrentas diferenças econômicas e a integração da diversidade cultural da humanidade. Não se pode falar em cidadania planetária ou global sem uma efetiva cidadania na esfera local e nacional. Uma cidadania planetária é, por essência, uma cidadania integral, portanto, uma cidadania ativa e plena não apenas nos direitos sociais, políticos, culturais e institucionais, mas também econômico-financeiros. Ela implica também na existência de uma democracia planetária. Portanto, ao contrário do que sustentam os neoliberais, estamos muito longe de uma efetiva cidadania planetária. Ela ainda permanece como projeto humano, inalcançável se for limitada, apenas, ao desenvolvimento tecnológico. Ela precisa fazer parte do próprio projeto da humanidade como um todo. Ela não será uma mera consequência ou um subproduto da tecnologia ou da globalização econômica.

4. Movimento pela ecopedagogia

Essa travessia de milênio caracteriza-se por um enorme avanço tecnológico e também por uma enorme imaturidade política: enquanto a Internet nos coloca no centro da Era da Informação, o governo do humano continua muito pobre, gerando misérias e deterioração. Podemos destruir toda a vida do planeta. 500 empresas transnacionais controlam 25% da atividade econômica mundial e 80% das inovações tecnológicas. A globalização econômica capitalista enfraqueceu os Estados Nacionais impondo limites para a sua autonomia, subordinando-os à lógica econômica das transnacionais. Gigantescas dívidas externas governam países e impedem a implantação de políticas sociais equalizadoras. As empresas transnacionais trabalham para 10% da população mundial que se situa nos países mais ricos, gerando uma tremenda exclusão. Esse é o cenário da travessia, um cenário ainda mais problemático pela falta de alternativas.

Os paradigmas clássicos estão esgotando suas possibilidades de responder, adequadamente, a esse novo contexto. Não conseguem explicar essa travessia, muito menos, passar por ela. Há uma crise de inteligibilidade diante da qual muitos falsos profetas e charlatões oferecem soluções mágicas. Uma nova espiritualidade surge muito bem aproveitada pelas mercoreligiões. A resposta dada pelo estatismo burocrático e autoritário é tão ineficiente quanto o neoliberalismo do deus-mercado. O neoliberalismo propõe mais poder para as transnacionais e os estatistas propõem mais poder para o Estado, reforçando as suas estruturas. No meio de tudo isso, está o cidadão comum que não é, nem empresário, nem Estado. A resposta parece estar além destes dois modelos clássicos, mas certamente não numa suposta “terceira via” que deseja apenas dar sobrevida ao capitalismo sofisticando a dominação política, a exploração econômica e provocando enorme exclusão social. A resposta parece vir hoje do fortalecimento do controle do cidadão frente ao Estado e ao Mercado, a Sociedade Civil fortalecendo sua capacidade de governar-se e controlar o desenvolvimento. Aqui, entra o papel importante da educação, da formação para a cidadania ativa.

Podemos dizer que há uma comunidade sustentável que vive em harmonia com o seu meio ambiente, não causando danos a outras comunidades, nem para a comunidade de hoje, e nem para a de amanhã. E isso não pode constituir-se apenas num compromisso ecológico, mas ético-político, alimentado por uma pedagogia, isto é, por uma ciência da educação e uma prática social definida. Nesse sentido, a ecopedagogia, inserida nesse movimento sócio-histórico, formando cidadãos capazes de escolherem os indicadores de qualidade do seu futuro, se constitui numa pedagogia inteiramente nova e intensamente democrática.

O Movimento pela Ecopedagogia ganhou impulso sobretudo a partir do Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio do Conselho da Terra e da UNESCO,

de 23 a 26 de agosto de 1999, em São Paulo e do I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, de 24 a 26 de março de 2000. Desses encontros, surgiram os princípios orientadores desse movimento contidos numa “Carta da Ecopedagogia”. Eis alguns deles:

1. O planeta como uma única comunidade.
2. A Terra como mãe, organismo vivo e em evolução.
3. Uma nova consciência que sabe o que é sustentável, apropriado, e faz sentido para a nossa existência.
4. A ternura para com essa casa. Nosso endereço é a Terra.
5. A justiça sócio-cósmica: a Terra é um grande pobre, o maior de todos os pobres.
6. Uma pedagogia biófila (que promove a vida): envolver-se, comunicar-se, compartilhar, problematizar, relacionar-se entusiasmar-se.
7. Uma concepção do conhecimento que admite só ser integral quando compartilhado.
8. O caminhar com sentido (vida cotidiana).
9. Uma racionalidade intuitiva e comunicativa: afetiva, não instrumental.
10. Novas atitudes: reeducar o olhar, o coração.
11. Cultura da sustentabilidade: ecoformação. Ampliar nosso ponto de vista.

As pedagogias clássicas eram antropocêntricas. A ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal...). Ampliamos o nosso ponto de vista. Do homem para o planeta, acima de gêneros, espécies e reinos. De uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária.

Não se pode dizer que a ecopedagogia represente já uma tendência concreta e notável na prática da educação contemporânea. Se ela já tivesse suas categorias definidas e elaboradas, ela estaria totalmente equivocada, pois uma perspectiva pedagógica não pode nascer de um discurso elaborado por especialistas. Ao contrário, o discurso pedagógico elaborado é que nasce de uma prática concreta, testada e comprovada. A ecopedagogia está ainda em formação e formulação como teoria da educação. Ela se está manifestando em muitas práticas educativas que o “Movimento pela ecopedagogia”, liderado pelo Instituto Paulo Freire, tenta congregar.

O Movimento pela Ecopedagogia, surgido no seio da iniciativa da Carta da Terra está dando apoio ao processo de sua discussão, indicando justamente uma metodologia apropriada que não seja a metodologia da simples “proclamação” governamental, de uma declaração formal, mas a tradução de um processo vivido e da participação crítica da “demanda”, como diz Francisco Gutiérrez.

A Carta da Terra deve ser entendida, sobretudo, como um movimento ético global para se chegar a um código de ética planetário, sustentando um núcleo de princípios e valores que fazem frente à injustiça social e à falta de equidade reinante no planeta. Cinco pilares sustentam esse núcleo: a) direitos humanos; b) democracia e participação; c) equidade; d) proteção das minorias; e) resolução pacífica dos conflitos. Esses pilares são cimentados por uma visão de mundo solidária e respeitosa da diferença (consciência planetária).

O intercâmbio planetário que ocorre hoje em função da expansão das oportunidades de acesso à comunicação, notadamente através da Internet, deverá facilitar o diálogo inter e transcultural e o desenvolvimento desta nova ética planetária. A campanha da Carta da Terra agrega um novo valor e oferece um novo impulso a esse movimento pela ética na política, na economia, na educação etc. Ela se tornará realmente forte e, talvez, decisiva, no momento em que representar um projeto de futuro um contraprojeto global e local ao projeto político-pedagógico, social e econômico neoliberal, que não só é intrinsecamente insustentável, como também essencialmente injusto e desumano.

5. A Terra como paradigma

Gaia, igual a vida. Muitos entendem que é ilegítimo considerar a Terra como um organismo vivo. Esta qualidade a Terra não teria. Enxergamos a vida apenas pela percepção que temos da nossa e da vida dos animais e das plantas. É verdade, não temos o distanciamento que têm, no espaço, os astronautas, mas podemos ter o mesmo distanciamento dos astronautas no tempo, muito mais dilatado que o nosso próprio tempo de vida. A “hipótese Gaia” que concebe a Terra como um superorganismo complexo, vivo e em evolução, encontra respaldo na sua história bilionária. A primeira célula apareceu há 4 bilhões de anos. De lá para cá o processo evolucionário da vida não cessou de se complexificar, formando ecossistemas interdependentes dentro do macrossistema Terra que, por sua vez, é um microsistema, se comparado com o macrossistema Universo. Só conseguimos entender a Terra como um ser vivo nos distanciando dela no tempo e no espaço.

A visão que os astronautas tiveram “de longe” transformou muito a eles e a nós mesmos que não vivemos diretamente essa experiência fantástica. Não só ela foi vista como uma bola azul no meio da escuridão do universo, mas foi percebida como uma só unidade. Portanto, interferiu também na visão que temos de nós mesmos, como uma “única comunidade” (Leonardo Boff), como um “sistema vivo” (Fritjof Capra). Essa visão mexeu portanto com a nossa consciência, com o paradigma que nos orientava até então. Com a consciência planetária, nasceu nossa consciência de cidadania planetária.

É verdade, o paradigma da razão instrumental nos conduziu à violência e à negação de valores humanos fundamentais como a intuição, a emoção, a sensibili-

dade. Somos humanos porque sentimos, percebemos, amamos, sonhamos. Mas há também um perigo ou uma armadilha nesse novo paradigma: ele pode nos levar à contemplação da natureza e até à mistificação da realidade, a uma espiritualidade canalizada por uma religiosidade baseada na passividade. Em vez da solidariedade e da luta pela justiça, estaríamos esperando por um mundo melhor sem trabalho, sem esforço, sem conquista, sem sacrifícios. Novos valores humanos que não levam em conta a complexidade e a contradição inerente a todos os seres, objetos e processos destrói a possibilidade de uma mudança qualitativa em direção de um novo e necessário projeto civilizatório. Para nos dimensionar como membros de um imenso cosmos, para assumirmos novos valores, baseados na solidariedade, na afetividade, na transcendência e na espiritualidade, para superar a lógica da competitividade e da acumulação capitalista, devemos trilhar um caminho difícil. Nenhuma mudança é pacífica. Mas ela não se tornará realidade, orando, rezando, pelo nosso puro desejo de mudar o mundo. Como nos ensinou Paulo Freire, mudar o mundo é urgente, difícil e necessário. Mas para mudar o mundo é preciso conhecer, ler o mundo, entender o mundo, também cientificamente, não apenas emocionalmente, e, sobretudo, intervir nele, organizadamente.

O racionalismo deve ser condenado sem condenarmos o uso da razão. A lógica racionalista nos levou a saquear a natureza, nos levou à morte em nome do progresso. Mas a razão também nos levou à descoberta da planetaridade. A poética e emocionante afirmação dos astronautas de que a Terra era azul foi possível depois de milhares de anos de domínio racional das leis da própria natureza. Devemos condenar a racionalização sem condenar a racionalidade. Ao chegar à Lua pela primeira vez, o astronauta Louis Armstrong afirmou: “um pequeno passo para o homem e um grande passo para a humanidade”. Isso foi possível através de um descomunal esforço humano coletivo que levou em conta todo o conhecimento técnico, científico e tecnológico acumulado até então pela humanidade. Isso não é nada desprezível. Se hoje formamos redes de redes no emaranhado da comunicação planetária pela Internet, isso foi possível graças ao uso tanto da imaginação, da intuição, da emoção, quanto da razão, pelo gigantesco e sofrido esforço humano para descobrir como podemos viver melhor neste planeta, como podemos interagir com ele. O fizemos de forma equivocada, é verdade. Nos consideramos “superiores” pela nossa racionalidade e exploramos a natureza sem cuidado, sem respeito por ela. Não nos relacionamos com a Terra e com a vida com emoção, com afeto, com sensibilidade. Nesse campo estamos apenas engatinhando. Mas estamos aprendendo.

Estamos assistindo ao nascimento do cidadão planetário. Ainda não conseguimos imaginar todas as conseqüências desse evento singular. No momento sentimos, percebemos, nos emocionamos com esse fato, mas não conseguimos adequar nossas mentes e nossas formas de vida a esse acontecimento espetacular na história da humanidade. Percebemos, como Edgar Morin, que é necessário tudo ecolo-

gizar e, assim, ensaiamos a vida nesse nosso planeta cujos habitantes descobriram a planetaridade. O que podemos fazer desde já? Podemos nos interrogar profundamente sobre os paradigmas que nos orientaram até hoje e ensaiar a vivência de um novo paradigma que é a Terra vista como uma única comunidade. E continuar caminhando, juntos, para que possamos chegar “lá” ainda em tempo.

Correspondência:

Instituto Paulo Freire

Rua Cerro Corá, 550 Conj.22. 2o. andar - CEP 05061-100 - São Paulo - SP – Brasil

Email: gadotti@paulofreire.org

Notas

¹ Este artigo é resultado de diversos debates em encontros e congressos e particularmente na Conferência Continental das Américas, em Dezembro de 1998, em Cuiabá (MT) e durante o Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, organizado pelo Instituto Paulo Freire, com o apoio do Conselho da Terra e da UNESCO, de 23 a 26 de Agosto de 1999, em São Paulo e do I Fórum Internacional sobre Ecopedagogia, realizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal, de 24 a 26 de Março de 2000. O autor vem acompanhando esse tema desde 1992 quando representou a ICEA (Internacional Community Education Association) na Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), chamada de “Cúpula da Terra”, que elaborou e aprovou a Agenda 21. No Fórum Global-92, na mesma época, coordenou, ao lado de Moema Viezer, Fábio Cascino, Nilo Diniz e Marcos Sorrentino, a “Jornada Internacional de Educação Ambiental” que elaborou o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. Este texto retoma idéias tratadas no livro *Pedagogia da Terra* publicado pela Editora Petrópolis de São Paulo (2000).

² Farancisco Gutierrez & Cruz Prado, *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*, São Paulo, IPF/Cortez, 1998.

³ Gaston Pineau, *Del’air. Essai sur l’eco-formation*, Paris, Paideia, 1992.

⁴ Leonardo Boff, *Saber cuidar*, Petrópolis, Vozes, 1999.

⁵ Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record, 2000.